

**APRESENTAÇÃO:**  
**GLOBALIZAÇÃO, TRABALHO E LUTAS SOCIAIS –**  
**balanço e perspectivas**

**PRESENTATION :**  
**GLOBALIZATION, LABOR, AND SOCIAL STRUGGLES –**  
**Overview and perspectives**

---

Leonardo Mello e Silva (USP)

Katiuscia M. Galhera (UNESP-Marília)\*

Ricardo Framil Filho (USP)

Este dossiê deve ser visto em continuidade a um empreendimento de pesquisa e reflexão que começou há cerca de dez anos. Ele integra a atividade do grupo de pesquisa **Globalização, Trabalho e Lutas Sociais**<sup>1</sup> e se dedica a questões relacionadas às experiências sociais do trabalho na era da globalização, com destaque para a internacionalização das lutas trabalhistas organizadas por sindicatos e outras formas de representação do trabalho no Brasil. Quatro contribuições vão explicitamente nessa direção, passando por temas como as redes sindicais internacionais, as redes globais de produção e suas formas emergentes de regulação (ou governança) e os Acordos Marco Globais (AMGs): são os artigos de Ariella Araujo Silva, de Filipe Augusto Freitas Melo, de Jana Silverman e de Renata Gnoli Peneque e Sidney Jard da Silva. Duas contribuições enriquecem o quadro, focando em aspectos institucionais das relações industriais: a de Thiago Aguiar e Pedro Micussi e a de Scott Martin. Por fim, a contribuição de Stefan Valentin Voicu e Lee Pegler aborda uma perspectiva voltada às cadeias globais de valor, especificamente *global production networks*. Dessa forma, procura-se oferecer um panorama amplo dos tópicos que envolvem a transnacionalização da produção (inclusive seus aspectos políticos), os efeitos sobre o mundo do trabalho e as respostas que esse último encontra para fazer face aos desafios que ela impõe. Uma tradução – de artigo de Huw Beynon e Ray Hudson – e uma entrevista – realizada por Thiago Aguiar com William Robinson –, ambas preparadas especialmente para este número, completam o repertório com autores de referência no debate internacional.

---

\* A autora agradece a bolsa do edital PROPe – Unesp (13/2022) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Unidade Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus Marília.

<sup>1</sup> O grupo está listado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisa Tecnológica (CNPq) - <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/>

As contribuições dedicadas às formas emergentes de internacionalismo dos/as trabalhadores/as confirmam a pertinência da agenda proposta, que dá continuidade a preocupações temáticas desenvolvidas já há algum tempo (MELLO E SILVA, 2008; 2011; MELLO E SILVA; FRAMIL FILHO; FRESTON, 2015a, 2015b), mas deixamos propositalmente em aberto neste texto de apresentação, como um desafio prospectivo, se essa pertinência se sustenta ainda em meio às transformações em curso no mundo real, e diante do deslocamento dos assuntos priorizados pela sociologia do trabalho em anos recentes. Exemplo de elemento complicador de tal agenda é o caso da temática da adesão da classe trabalhadora, industrial ou não, às ideias defendidas por conservadores, assim como o da “classe global” e suas divisões, marcadas por formas muito diversas de incorporação do trabalho às redes globais de produção (esse parece mais compatível com o enquadramento proposto à primeira vista, mas um olhar cuidadoso revela as dificuldades das estruturas de representação estabelecidas e dos enquadramentos teóricos tradicionais nessa seara). A sombra da “des-globalização” nos últimos anos ronda como um desafio inconveniente a pauta bem estabelecida dos estudos sobre o trabalho global.

Convém adotar certa cautela com a suposta novidade desses acontecimentos, que têm antecedentes históricos relevantes, mas fenômenos como o voto da classe trabalhadora na direita parecem ecoar um mal-estar generalizado, um sentimento difuso de que as velhas estruturas sindicais já não respondem às novas formas de organização do trabalho – flexível, descentralizado, por conta própria – ao mesmo tempo em que as lutas coletivas não desaparecem e podem ser atraídas por novas lealdades políticas diferentes dos tradicionais apelos da esquerda, o que escapa ao otimismo inicial acerca do potencial democrático e renovador das lutas orientadas pelo movimento antiglobalização, lido ao redor do século como embrião de uma “globalização contra-hegemônica” (EVANS, 2000). O dossiê tem, pois, duas faces: uma de consolidação de um certo programa de pesquisa, esforço coletivo que dialogou com uma tendência internacional dos *labor studies* nas últimas duas décadas, e a outra de introdução de elementos complicadores àquela agenda, estendendo a análise a novas questões. Dessa maneira, a organização do dossiê cobre um amplo espectro de questões e, a despeito da aparente fragmentação temática, há uma articulação entre as contribuições dos autores, dependendo da combinação que o/a leitor/a quiser promover entre elas.

### **Um breve balanço do tema**

Quando se trata da internacionalização da organização coletiva de trabalhadores, é inevitável que se remeta às tradições do internacionalismo operário, que comportam notável diversidade. Para além dos estudos especializados, a referência mais usual continua a ser aquela trilhada pelas internacionais socialistas que, a partir de março de 1864, com a fundação Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), reuniu (e, posteriormente,

dividiu) comunistas, anarquistas e outras correntes socialistas, nacionalistas e republicanas em uma longa, tormentosa e rica história, não apenas organizativa, mas sobretudo política, cujos desdobramentos se estendem até hoje. Sem prejuízo a esse internacionalismo político e revolucionário que se combinou com novas tendências e formas políticas, como os movimentos antiglobalização, as possibilidades abertas pela globalização fizeram com que se despertasse interesse em um tipo de internacionalismo tradicionalmente relegado ao segundo plano – um internacionalismo propriamente “sindical” que, a despeito da relativa marginalidade que ocupou nos debates teóricos na maior parte do século passado, se estabeleceu ainda em fins do século XIX.

Tradicionalmente, o sindicalismo internacional pós-AIT adotou uma estrutura federativa e, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, se subordinou em maior ou menor grau às afinidades geopolíticas de seus filiados nacionais, além de se especializar em atividades ligadas ao *lobbying* em organismos multilaterais, sobretudo a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em anos recentes, dois fenômenos renovaram o interesse despertado por esse tipo de ação. Em primeiro lugar, o contexto político do pós-Guerra Fria tornou menos relevantes as rivalidades políticas características do período anterior, o que ensejou um processo de reorganização cuja expressão mais notável – embora não a única – foi a fundação da Central Sindical Internacional (CSI), em 2006. Ao mesmo tempo, a difusão do acesso a novas tecnologias de informação e comunicação, destacadamente a internet, fez com que a articulação internacional se tornasse tecnicamente muito mais simples. No caso dos sindicatos, as novas “práticas transnacionais” foram vistas sobretudo como um caminho para superar um internacionalismo “diplomático” (ROMBALDI, 2012) e distante dos/as trabalhadores/as para promover um transnacionalismo efetivamente enraizado, capaz de se conectar diretamente às questões que emergem dos locais de trabalho (FRAMIL FILHO; MELLO E SILVA, 2023). Sobre esse pano de pano de fundo, é possível distinguir duas possibilidades principais. Na primeira, o chamado sindicalismo internacional “oficial” buscou se transformar em “sindicalismo global”, hibridizando a organização em rede com as estruturas hierárquicas tradicionalmente estabelecidas. Paralelamente, iniciativas diversas, por dentro e por fora dos sindicatos oficialmente reconhecidos, escapam às estruturas formais existentes, preferindo depositar as suas energias na organização pela base, buscando fincar a sua efetividade nas experiências de organização e luta que são comuns às diversas categorias em territórios diversos do mapa geopolítico convencional. Fortemente dependentes da mobilização e da desconfiança em relação às estruturas “burocráticas” imputadas à chamada “diplomacia sindical”, exemplar de iniciativas de articulação internacional alternativa é o que foi observado entre os entregadores contratados por aplicativos recentemente, tanto no Brasil (TONELO; MELLO E SILVA; FRAMIL FILHO, 2022) quanto na Argentina (MIGUEZ; MENENDEZ, 2021).

No todo, um elemento interessante da produção teórica sobre o sindicalismo global (e mesmo sobre o “novo internacionalismo operário” em sentido mais amplo) é que muito da análise se concentrou sobre experiências vinculadas a um tipo específico de organização: as

Federações Sindicais Globais (FSGs), internacionais setoriais dedicadas a indústrias ou categorias ocupacionais específicas. Essa tendência é reforçada pela composição do dossiê: todas as quatro contribuições que tratam diretamente de experiências de articulação internacional se referem a ações e movimentações de que participaram entidades desse tipo. O interesse pelas FSGs remete em grande medida ao fato de que, muito embora elas estejam há muito posicionadas entre as estruturas “oficiais” do sindicalismo internacional, no contexto da globalização elas buscaram se aproximar de novidades como a organização em rede e o transnacionalismo enraizado, sobretudo quando buscaram organizar trabalhadores e sindicatos empregados pelas mesmas empresas transnacionais (ETNs) em diferentes partes do mundo. No dossiê, três contribuições tratam da articulação em rede no âmbito dessas companhias.

Dado o peso que essa questão assumiu na composição do dossiê, podemos tomá-lo como um ponto de partida para, em seguida, buscar seus pontos de contato com as demais contribuições. Ecoa nessas reflexões uma hipótese cara aos idealizadores pioneiros do chamado “novo internacionalismo operário”: a de que grandes ETNs ofereceriam, simultaneamente, uma cartografia para a difusão de alianças sindicais transnacionais (na forma das redes produtivas por elas coordenadas) e alvos comuns capazes de unificar lutas geograficamente dispersas (os centros globais de decisão corporativa). Nesse sentido, Ariella Araújo Silva (2023) considera que “a ação local desvinculada de uma ação de solidariedade mais ampla, seja em relação às fábricas do mesmo país ou de uma mesma região” limita as chances de sucesso da ação sindical. Já Renata Gnoli Paneque & Sidney Jard da Silva (2023) destacam que as ETNs tiram proveito do descompasso entre a natureza imediatamente local da representação sindical e o caráter global do alcance corporativo em desfavor dos/as trabalhadores/as, de maneira que as redes aparecem como uma maneira de desafiar a dicotomia entre o local e o global. Filipe Augusto Freitas Melo (2023), por sua vez, argumenta que “a construção das redes sindicais globais” pode ser “uma alternativa para que os trabalhadores sejam menos dependentes de conjunturas políticas nacionais para erigir formas de regulação do capitalismo global”, embora reconheça o descompasso das relações de poder entre os dois polos.

Destaca-se, neste ponto, a convergência entre os trabalhos mencionados no que diz respeito à conceptualização das relações entre “local” e “global”. Em sintonia com o estado da arte na produção teórica sobre as redes internacionais, que incorporou o debate oriundo da geografia social acerca das relações de escala, todos eles recorrem a uma conceptualização sofisticada da relação entre o local e o global, que reconhece o caráter contestado da produção social dessas escalas e sugere a centralidade de uma sensibilidade analítica multiescalar. Imediatamente, esse enquadramento permite caracterizar adequadamente a natureza das redes sindicais em ETNs (e do chamado “sindicalismo global” em termos mais gerais), desarmando de antemão expectativas usuais, baseadas num modelo de organização internacional vertical e hierárquico. Na prática, os novos sindicatos globais por trás das redes sindicais em ETNs são entidades relativamente frágeis que, usualmente, dependem da cooperação das estruturas

de representação sindical previamente estabelecidas em diferentes âmbitos (representantes nos locais de trabalho, sindicatos locais ou nacionais, federações e confederações sindicais etc.). O sindicato global aparece, sobretudo, como um promotor ou articulador de alianças voluntárias entre poderes sindicais independentes que preservam suas prerrogativas. Não se trata, portanto, de advogar pela superioridade da organização em rede em sentido abstrato, mas do reconhecimento muito prático de que, concretamente, o “sindicalismo global em rede”, pelo menos até aqui, não parece destinado a superar ou substituir as hierarquias e demarcações tradicionalmente estabelecidas; na realidade, ele se **acomoda** a elas. Essa constatação, enfim, leva essas contribuições a enfatizarem as limitações desse tipo de experiência. O argumento é apresentado de forma direta por Paneque & Jard da Silva (op. cit.), que definem a relação entre as redes e a estrutura sindical brasileira nos termos de uma “dualidade”, já que “ao mesmo tempo em que são criadas com a possibilidade de transpor esses limites, promove[r] intercâmbio de informações e a possibilidade da construção de uma pauta coletiva”, enfrentam “dificuldades em sua construção interna justamente por causa dessa mesma estrutura sindical fragmentada”; limitações similares aparecem discutidas também pelas outras contribuições dentro dessa perspectiva temática específica do sindicalismo internacional, que é a das redes sindicais.

Outra convergência manifesta entre esses trabalhos mencionados acima é que eles tratam, majoritariamente, de trabalhadores e sindicatos metalúrgicos no Brasil. É verdade que as características discutidas, ainda que com certas particularidades, aparecem também em outros setores de atividade e, de fato, o modelo estabelecido pelo sindicalismo metalúrgico (que se desenvolveu em contato próximo com a experiência de outras categorias industriais, como os trabalhadores da indústria química) foi influente sobre a política de redes em ETNs em geral, tanto no Brasil quanto em termos globais, mas essa não é a única forma possível de “novo internacionalismo”. Em relação a isso, a contribuição de Jana Silverman (2023) enriquece o dossiê. A autora nos apresenta a experiência de trabalhadoras domésticas migrantes em São Paulo e narra os esforços para organizar e mobilizar trabalhadoras numa atividade tradicionalmente pouco permeável às formas tradicionais de representação sindical. A figura do sindicato não desaparece e mesmo o sindicalismo global se faz presente numa forma facilmente reconhecível (representado pela Federação Internacional das Trabalhadoras Domésticas), mas não se pode contar com estruturas sindicais enraizadas de partida e destaca-se o papel de entidades de diferentes tipos na tentativa de organizar essas trabalhadoras. Desta forma, o artigo traz outro olhar ao chamar atenção ao poder associativo de trabalhadoras de cuidado em relações difusas Sul-Sul e ao trazer, para o corpo de estudos sobre de redes sindicais no Brasil, elementos de interseccionalidade (como gênero, raça e classe).

Isso nos leva a importantes debates no campo dos estudos do trabalho, cujas vertentes críticas têm privilegiado em anos recentes, ainda que não de forma unilateral, a análise de experiências de trabalhadores precários frequentemente desprovidos de representação sindical. Neste sentido, tomaram corpo estudos sobre plataformização, uberização e *gig economy*, o

que coloca em xeque tanto a exclusividade dos sindicatos como modelo organizativo quanto a centralidade dessas entidades como pontos de partida preferenciais para a realização de pesquisas empíricas. Em termos teóricos, tem sido destacada a importância de se considerar a diversidade das formas de ‘comoditização’ e exploração do trabalho, que nem sempre se conformam ao trabalho assalariado tal como usualmente entendido (dito, em algumas versões, como sendo o “trabalho típico”). Parece claro que a preocupação em ampliar o alcance da análise e corrigir o desequilíbrio da reflexão teórica orientada por diferentes experiências do trabalho em meio à globalização é plenamente justificada. Essa possibilidade é ocasionalmente levantada por trabalhos que tratam das FSGs, mas em geral se reconhece que essas entidades permanecem dependentes dos poderes sindicais constituídos. É preciso, assim, fortalecer os esforços de pesquisa sobre articulações por fora dos sindicatos legalmente reconhecidos, ou que os incluam, mas que vão além deles.

Diríamos, em termos abertos, que esse tipo de reconhecimento não deve levar ao abandono dos espaços tradicionais de investigação. Afinal, os artigos mencionados mostram que mesmo categorias há muito investigadas têm enfrentado novos desafios e passado por transformações relevantes, ao mesmo tempo em que se desenvolvem movimentos entre grupos relativamente subapreciados pela produção teórica tradicional. O fundamental, nos parece, é que sejamos capazes de considerar essas dinâmicas conjuntamente. Nesse sentido, o artigo de Melo (op. cit.) mostra que mesmo no caso de um sindicalismo forte e bem-organizado, que havia estabelecido estruturas internacionais pioneiras, a reestruturação global leva ao desemprego **local**, notando que “funcionários diretos e indiretos que perderam seus empregos não necessariamente conseguem se recolocar em funções similares, tampouco no mesmo setor” – por mais sólidas que possam parecer os avanços de grupos específicos, a reabsorção pelo mercado de trabalho em sentido amplo continua a ser uma ameaça. Da mesma maneira, os avanços de trabalhadores e sindicatos relativamente mais protegidos é relevante para caracterizar o horizonte que se dispõe aos trabalhadores excluídos desses arranjos.

Portanto, convém não distanciar demais o debate sobre o novo internacionalismo da discussão sobre a organização contemporânea do trabalho, em suas vertentes sindicais e não sindicais, em âmbito local e nacional. Parece claro que qualquer reorganização de fôlego deverá enfrentar as divisões estabelecidas nacionalmente entre diferentes grupos de trabalhadores e suas formas de representação. É interessante notar, não obstante, que os estudos sobre experiências internacionais podem ter muito a dizer sobre o que está em jogo nesses esforços de reorganização. Por meio da cooperação internacional, ideias vindas de fora têm sido relevantes para a atuação de sindicatos locais no Brasil – a influência dos discursos europeus de diálogo e concertação social é bem conhecida, em particular no sindicalismo industrial, enquanto no setor de serviços estratégias sindicais inspiradas nas lutas norte-americanas (o paradigma do *organizing*) têm deixado a sua marca. Em pesquisa realizada sobre as redes sindicais globais no Brasil (MELLO E SILVA; FRAMIL FILHO; FRESTON, 2015a; FRAMIL FILHO; MELLO E SILVA, 2019;

FRAMIL FILHO; GALHERA; MELLO E SILVA, 2021; VIEIRA; JUNCAL; MELLO E SILVA, 2020) foi possível identificar certos padrões de ação sindical. Enquanto os setores industriais (manufatura e químico) inclinavam-se para o modelo mais institucionalizado da concertação tripartite e do diálogo social, o setor de serviços, com toda a sua diversidade intrínseca, recorria mais intensamente ao método *organizing*. A exceção ficava por conta dos bancários – mas não inteiramente, pois, por mais que se alinhasse com o modelo “industrial” no tocante à negociação coletiva e à institucionalização da representação, por outro lado também lançava mão do método *organizing* em seu esforço de alcançar novos membros e em atualizar as demandas corporativas num sentido de atrair o interesse de uma parcela jovem e sem o histórico de lutas da categoria gravado em sua experiência de trabalho, além de colocar em xeque as fronteiras “de categoria” ao lutar pelo direito de representar trabalhadores terceirizados. Aliás, esse parece ser o grande ponto de irradiação a partir do qual o método disseminado pelo *Solidarity Center* da *American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations* (AFL-CIO) se mostrou persuasivo para as lideranças brasileiras: o de que ele incide com sucesso entre a parcela da força de trabalho que se mostra avessa, a princípio, à cultura operária tradicional, seja por razões geracionais, seja pela participação precária (principalmente pelo caráter de informalidade e atipicidade do contrato) no mercado de trabalho, o que a afasta da organização e mobilização dos/as trabalhadores/as formais e protegidos pela legislação.

Naturalmente, a tradução periférica de ideias “importadas” implica tensões e incorporações seletivas, isto é, não se trata de uma reprodução imediata dessas estratégias. Seja como for, e a despeito de todas as peripécias sofridas pela organização internacional dos/as trabalhadores/as do lado de sua auto-organização, ao longo da história é notável a convergência, ao menos do sindicalismo hegemônico, com a chamada pauta OIT, tendo os sindicatos europeus e a social-democracia como os principais pilares de sua disseminação como horizonte normativo, sobretudo quando se trata do tratamento a ser dispensado ao sindicalismo do Sul Global – com efeito, organizações sindicais do Sul frequentemente enxergam em organizações do Norte um caminho para consolidar a solidariedade internacional, ao mesmo tempo em que têm recursos limitados para processos importantes de tomada de decisões, o que Mark Anner (2007) denomina de paradoxo do internacionalismo trabalhista. As relações industriais de tipo europeu, ou seja, a relação entre capital e trabalho em firmas cuja origem do capital é europeia, em geral são consideradas mais pró-sindicatos do que as relações industriais de tipo norte-americano, onde as relações entre patrões e empregados são vistas como mais hostis aos sindicatos (CROUCHER; COTTON, 2009, p. 58). Como indicamos, porém, justamente por isso a experiência dos sindicatos norte-americanos tem sido julgada útil entre sindicatos brasileiros que se deparam com desafios similares.

Quando se trata de América Latina, o cenário é mais complexo, pois a persistência de traços do corporativismo de Estado – o qual pode ser identificado algumas vezes com o “populismo” – manteve – em especial quanto à normatividade jurídica das relações industriais

– elementos que lembram a proteção típica do modelo europeu (por exemplo, a extensão dos resultados da negociação coletiva como uma norma autorizativa de status idêntico à lei, além da exigência de acordos e convenções regulares entre as partes), embora sem a sua extensão consequente (por exemplo, o reconhecimento das comissões de fábrica e da representação por local de trabalho). A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no Brasil, objeto de interpretações e análises díspares e polêmicas, passou por considerações que foram da crítica exacerbada à contemporização realista diante dos efeitos reconhecidos da flexibilização e desestruturação do mundo do trabalho, e é um bom apanhado daquela complexidade a que se fez referência. Hoje ela pode aparecer como um horizonte de formalização diante do espectro do desmonte das leis do trabalho, cuja última “reforma” empreendida pelo Governo Temer fornece um parâmetro inquestionável.

Há um aspecto que merece ser considerado quando se analisa as políticas de concertação social oriundas da vertente europeia ou social-democrata: trata-se da relação entre a “boa imagem” da empresa vendida, por exemplo, pelos selos de certificação – sejam eles os códigos de conduta, a Responsabilidade Social Corporativa, ou os Acordo Marco Globais<sup>2</sup> – e o interesse corporativo em preencher os requisitos “éticos” exigidos por fundos de investimento com participação acionária nas empresas, um problema que tem ganhado relevância com o capitalismo de dominância financeira que inaugura uma nova “governança” nas companhias transnacionais com presença econômica relevante no mercado. Ter o “nome sujo” pode trazer sérias implicações em termos de valorização de ativos móveis, procura do consumidor, lide com *stakeholders* e etc., e isso envolve certa complacência patronal com a presença sindical em algum nível de órgãos colegiados existentes nessas empresas, em especial para as empresas voltadas ao apelo do público. Se os sindicatos podem aproveitar essa oportunidade para fazer passar as suas demandas históricas é uma questão controversa que mereceria um estudo específico. Os artigos neste dossiê que tratam mais diretamente da organização internacional dos/as trabalhadores/as não abordam explicitamente essa questão, que pode ser encontrada em Jardim (2009), Anner (2007), Anner e Evans (2004), Webster, Lambert e Bezuidenhout (2007) e Galhera (2018).

Essas são algumas questões que frequentam o debate sobre o sindicalismo global e que reaparecem, direta ou indiretamente, toda a vez que se levanta essa problemática na produção acadêmica sobre o assunto.

Convém ficar atento a uma contribuição que vem de fora do nicho acadêmico dedicado ao sindicalismo global, mas que interpela, pela via da economia política da globalização,

---

2 Croucher & Cotton lembram que, na virada para o novo século, os Sindicatos Globais incluíram em sua pauta os *Core Labor Standards* da OIT, e com isso procuraram persuadir as empresas relutantes – sobretudo as norte-americanas - a quebrar a resistência aos Acordos Marco Globais (CROUCHER; COTTON, 2009: 61). A chamada “cláusula social” está associada ao contexto europeu de relações industriais. Conforme notado ainda pelos autores, a cláusula social é um elemento presente tanto na proposta vindo dos sindicatos, quanto no corpo das políticas de responsabilidade social corporativa, vinda das empresas. Nesse sentido, é um terreno de disputa. Para uma abordagem crítica sobre a responsabilidade social corporativa no Brasil, consultar Da Costa (2016) e Mello e Silva (2010).

muito de seus pressupostos e balizas interpretativas. Trata-se da obra do sociólogo norte-americano William Robinson, que há alguns anos vem se dedicando a desenvolver reflexões sobre a estrutura de classes em nível global, em especial a classe capitalista global e o “Estado Transnacional Global”. Aqui neste número incluímos uma entrevista feita com exclusividade por Thiago Aguiar, e que é, tanto quanto se pode aferir, uma primeira apresentação em língua portuguesa das teses do autor. O reconhecimento de uma classe capitalista global insuflaria, em tese, um pendor bem mais radical no solidarismo do trabalho global do que tem sido observado na prática, no mundo, ao menos no que respeita à vertente ‘institucional’ do sindicalismo global. Daí a importância de explorar outras formas possíveis de articulação internacional, por fora dessa estrutura (aqui estamos nos referindo a tal possibilidade como a linha “alternativa” dentre as escolhas disponíveis na cartografia da internacionalização da ação dos/as trabalhadores/as, seja por meio de sindicatos ou não).

Para essa dificuldade de adequar a teoria à realidade que parece aflorar dos esquemas acerca das classes globais, conta também – e não de maneira desimportante – a própria mudança de conjuntura. Entre o que poderíamos chamar de “período de ouro” da pauta da internacionalização sindical (início do século XXI até 2016) e o tempo presente, quando este dossiê é organizado, muita coisa mudou. A globalização vai sendo mais e mais contestada e não necessariamente por uma vitória dos argumentos da esquerda. É notória a influência das ideias da extrema direita como um importante vetor de crítica à globalização em diversos países onde o sindicalismo está implantado. Não poderia faltar, pois, uma reflexão que abarcasse também essa dimensão na oportuna contribuição de Huw Beynon e Ray Hudson sobre o comportamento político recente da classe operária britânica. No entanto, mesmo com todas as ressalvas, as teses de Robinson são persuasivas e instigantes, merecendo a sua incorporação ao debate mais específico que é geralmente feito. Trata-se de uma variedade de sociologia econômica (a de Robinson) que tem muitos pontos de conexão com a sociologia do trabalho global.

### **Distribuição do dossiê**

O dossiê conta com sete artigos, uma tradução e uma entrevista. Para efeitos organizativos e de coerência do debate, inserimos por ordem as contribuições que tratam de redes sindicais e/ou de trabalhadores, para então aprofundar outras temáticas.

No artigo “Mulheres, Migrantes, Militantes: Tecendo redes globais de cuidados no setor do trabalho doméstico em São Paulo”, Jana Silverman explora como funcionam as cadeias globais do trabalho de cuidados, com especial foco nas redes transnacionais Sul-Sul a partir da experiência de trabalhadoras domésticas (i)migrantes em São Paulo. A autora traz um novo olhar teórico sobre o tema das redes sindicais, a partir de contribuições teóricas que mesclam, mas não se restringem, às teorias da decolonialidade e trabalho de cuidado.

Renata Gnoli Paneque e Sidney Jard da Silva, em “Redes Sindicais Metalúrgicas no Brasil:

estudo de caso da rede ArcelorMittal”, analisam implicações práticas de organização de uma rede por empresa, tais como unicidade sindical, Participação nos Lucros e Resultados (PLR), confederações nacionais e comitês de saúde e segurança no trabalho. Ademais, a autora e o autor realizam uma digressão teórica ao relatarem como experiências internacionais são transladadas para o ambiente brasileiro pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) no projeto CUTMulti, ao mesmo tempo em que buscam entender o caminho inverso, isto é, como o sindicalismo nacional se adequou ao padrão europeu, por exemplo, via diálogo social.

Em “Redes Sindicais Internacionais: uma estratégia de resistência ao poder das multinacionais”, Ariella Araujo Silva realiza uma detalhada e minuciosa análise sobre alguns limites e potencialidades das redes, em especial dos Conselhos de Empresa Europeus (CEEs) e dos Comitês Mundiais de Trabalhadores (CMTs) – duas instituições particularmente fortes no setor automotivo em análise – com as Redes Sindicais Internacionais de Trabalhadores. Desta forma, a autora analisa ações conjuntas e concertadas, bem como iniciativas que destoam da lógica puramente local de organização sindical: há aí uma lógica global-local e local-global de ações conjuntas e concertadas, seja de não disrupção com o poder das multis, seja como forte ação de coordenação sindical. Ademais, a autora realiza um histórico sobre o surgimento e consolidação, assim como um amplo mapeamento das redes.

“Reestruturação global e desemprego local: fechamento de fábricas da Ford e ação sindical no Brasil” é a contribuição de Filipe Augusto Freitas Melo a respeito do fechamento das plantas da Ford Motor Company no Brasil como estratégia coordenada da empresa mundialmente e as ações sindicais realizadas com o intuito de impedir a perda de empregos no país. O autor demonstra questões como os desafios de construção de uma solidariedade internacional suficientemente sólida para efetivamente barrar ou diminuir os impactos do poder dessa multinacional do setor automobilístico. Ao realizar esse movimento, Melo encontra diferenças importantes dadas aos trabalhadores do Norte e Sul Global dentro das próprias formas de gerenciamento e decisões estratégicas da empresa.

Stefan Voicu e Lee Pegler, em “*Commodity Traders and Sustainable Soy Supply Chains in Brazil*” buscam desvendar o que e como *global commodity traders* na soja operam a governança de suas cadeias produtivas, incluindo externalidades como o custo do trabalho. Desta forma, os autores falam das características do setor e os mecanismos de sua operação, tais como expansão territorial, rastreamento das fases da cadeia, espaço (diferença de preço entre origem e destino), tempo (negociação das commodities dependendo dos riscos do mercado de negociações), informação (para volatilidades de preço, transporte, qualidade etc.), terminais portuários e carga marítima, competição, qualidade e flexibilidade. Ao abrir a caixa preta de operação de grandes *traders* internacionais, Stefan e Lee materializam as relações de poder, incluindo fazendas intermediárias, que contribuem para o entendimento de uma espécie de terceirização de riscos, com impactos para países provedores mundiais de soja, como o Brasil.

Em sequência, Pedro Micussi e Thiago Aguiar voltam sua análise para o papel da burguesia industrial na política institucional em artigo intitulado “Lucros, Greves e Salários: a grande burguesia industrial pela aprovação da reforma trabalhista no Brasil”. A literatura manejada gira em torno da classe capitalista transnacional (CCT) pelas contribuições teóricas da “Escola do Capitalismo Global” (ROBINSON, 2004), em específico, da noção de frações transnacionalizadas da burguesia. Partindo de uma correlação entre o custo do trabalho e os lucros na indústria e migrando para relações de causalidade em fontes qualitativas, Micussi e Aguiar mostram as determinantes de classe para as decisões políticas que moveram o arranjo de poder de uma coalizão pró-trabalho para outra, hostil ao sindicalismo e aos direitos sociais.

Em “Layering versus Displacement: Theories of Gradual Institutional Changes and Welfare Regime Transformation in Brazil and Mexico, 1980-2010”, Scott Martin analisa similaridades institucionais entre políticas e regimes de bem-estar social na comparação Brasil-México a partir do que denomina pontos de inflexão em regimes de bem-estar (anos 1980-2000) nos dois países. Sua contribuição busca, portanto, estabelecer padrões e diferenças nas três décadas entre os dois países referidos (gestões de Lula e Felipe Calderón) em termos de transformações econômicas e reformas de políticas sociais. A contribuição do autor, como uma espécie de memória detalhada da época, levanta reflexões sobre possíveis semelhanças das experiências do início do século XXI com o cenário contemporâneo do início da terceira década do mesmo século.

Huw Beynon e Ray Hudson, em “Por que os trabalhadores de antigas regiões industriais da Grã-Bretanha votaram pelo Brexit? (Breves traços de história social e política do trabalho)” buscam desvendar o mistério dos votos conservadores de trabalhadores/as especificamente a partir da experiência do *Brexit* e das eleições de 2019 que deram vitória aos *Tories* (conservadores). Com um olhar sobre as velhas áreas industriais do País de Gales e do Norte da Inglaterra, os autores raciocinam como supostas identidades históricas estariam aparentemente erodindo os votos da histórica classe trabalhadora inglesa. O texto revela como uma classe foi crescentemente sucateada em desfavor de outras políticas, como salvar os bancos e não vidas mineiras. A tradução conta com uma breve introdução sobre a recepção brasileira de um dos autores, cuja trajetória política e intelectual é dedicada a pensar as mutações do trabalho principalmente a partir do símbolo de operariado na Inglaterra que são os mineiros.

Fechando o dossiê, Thiago Aguiar entrevista William Robinson na peça intitulada “Teoria Social, Capitalismo Global e Crise da Humanidade”. Conquanto sumária e sem a pretensão de cobrir toda a riqueza de sua elaboração teórica, a entrevista deixa entrever que tipos de questões podem ser incorporadas polemicamente ao corpo de hipóteses de trabalho que vem nutrindo a literatura sobre o novo internacionalismo operário. Para começar, seria extremamente problemático, seguindo o raciocínio do autor, postular pretensões de soberania aos estados nacionais, capturados que são em seu modo de funcionamento, interesses e mentalidade à lógica do capitalismo global. Margens de autonomia local, diante do global, seriam bem restritas. Por

outro lado, no que tange ao trabalho, o raciocínio permite estabelecer, desde o princípio, a existência de uma classe trabalhadora global cuja diversidade (imigrantes, mulheres, situações análogas à escravidão, informais etc.) guarda uma *rationale* muito coerente com o mecanismo de dominação em seu conjunto. A organização de redes de trabalhadores, a levar-se a sério suas pretensões anti-hegemônicas, deveria abandonar qualquer pretensão, por exemplo, de jogar com as intenções desenvolvimentistas de frações das burguesias suportadas por burocracias políticas interessadas em alcançar um lugar no comércio internacional que lhes permita um acesso como *player* relevante no concerto das nações. Estariam comprometidas, de saída, políticas de apoio a firmas transnacionais nativas (as famosas “campeãs nacionais”, segundo terminologia adotada recentemente), dado o grau de interconexão – e interdependência de fato – entre essas empresas e o capital global transnacional.

Como se pode notar, o leitor tem diante de si um caleidoscópio de questões oferecido por um time de pesquisadores que pode ajudar a compor um panorama mais matizado e desafiador para a continuidade da investigação em sociologia do trabalho no Brasil.

## Referências

- AGUIAR, Thiago. **O Solo Moverdo da Globalização**. Trabalho e extração mineral na Vale S.A. São Paulo: Boitempo, 2022.
- ANNER, Mark. The paradox of labour transnationalism: Trade union campaigns for labour standards in international institutions. *In*: PHELAN, Craig (ed.). **The Future of Organised Labour: Global Perspectives**. Bern: Peter Lang AG, 2006. p. 63-90.
- ANNER, Mark; EVANS, Peter. Building bridges across a double divide: alliances between US and Latin American labour NGOs. **Development in Practice**, v. 14, n. 1-2, p. 34-47, 2004.
- BEYNON, Huw. Globalização, Neoliberalismo e Direitos dos Trabalhadores no Reino Unido. *In*: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (org.). **Os Sentidos da Democracia**. Políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 265-290.
- CROUCHER, Richard; COTTON, Elizabeth. **Global Unions, Global Business**. Global Unions Federations and International Business. London: Middlesex University Press, 2009.
- DA COSTA, Hélio. **Responsabilidade Social Empresarial e sindicalismo no contexto da globalização**. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- EVANS, Peter. Fighting marginalization with transnational networks: counter-hegemonic globalization. **Contemporary Sociology**, v. 29, p. 230-241, 2000.
- FRAMIL FILHO, Ricardo; MELLO E SILVA, Leonardo. The transnationalism rooted in production and the ‘place’ of the Global Union. **Sociol. Antropol.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, e200114, 2023.
- FRAMIL FILHO, Ricardo; GALHERA, Kátiuscia M.; MELLO E SILVA, Leonardo. Cross-border trade union networks in transnational corporations. A comparison between sectors. **Tempo Social**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 163-182, 2021.
- FRAMIL FILHO, Ricardo; MELLO E SILVA, Leonardo. From Global Unions to the Shop Floor: Trade Union Networks in Transnational Corporations in Brazil. **Global Labor Journal**, v. 10, n. 3, p. 192-208, 2019.

- GALHERA, Katiuscia. **International union networks and intersectionality: garment and steel global chains at IndustriALL Global Union**. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.
- JARDIM, Maria Chaves. **Entre a solidariedade e o risco**. Sindicatos e fundos de pensão em tempos de Governo Lula. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2009.
- MELLO E SILVA, Leonardo; FRAMIL FILHO, Ricardo; FRESTON, Raphael. Redes Sindicais em empresas transnacionais: enfrentando a globalização do ponto de vista dos trabalhadores. **Análise**, Friedrich Ebert Stiftung, São Paulo, n. 5, p. 1-25, set. 2015a.
- MELLO E SILVA, Leonardo; FRAMIL FILHO, Ricardo; FRESTON, Raphael. Union Networks in Transnational Companies: Challenging Globalization from the Workers's Point of View. *In* : ANNUAL GLOBAL LABOR UNIVERSITY CONFERENCE, 10., 2015, Washington. **Paper presented to The 10<sup>th</sup> Annual Global Labor University Conference: Sharing the Gains – Containing Corporate Power**. Washington, D.C., out. 2015b.
- MELLO E SILVA, Leonardo. Redes Sindicais em Empresas Multinacionais: contornos de um sindicalismo cosmopolita? *In*: CACCIAMALI, Maria Cristina; RIBEIRO, Rosana; MACAMBIRA, Júnior (org.). **Século XXI: transformações e continuidades nas relações de trabalho**. Fortaleza: IDT: BNB: USP, 2011. p. 239-266.
- MELLO E SILVA, Leonardo. Unions facing Corporate Social Responsibility. Some comments on recent developments in Brazil. *In*: WORLD CONGRESS OF SOCIOLOGY, RESEARCH COMMITTEE 02 ECONOMY AND SOCIETY, 17., 2010, Gothenburg. **Paper presented to XVII ISA World Congress of Sociology, Research Committee 02 Economy and Society**, Session 13. Multinational corporations and changing focus of corporate social responsibility. Gothenburg, 2010.
- MELLO E SILVA, Leonardo. Brazilian Unions in the Face of Globalisation. **Work Organisation, Labour & Globalisation**, v. 2, p. 83- 94, 2008.
- MIGUEZ, Pablo; MENENDEZ, Nicolas D. Trabalhadores de plataforma na América Latina: lógica transnacional e resistências regionais? **Tempo Social**, São Paulo, v. 33, n. 2, p.231-251, 2021.
- ROMBALDI, Maurício. **Internacionalização do sindicalismo no Brasil: um estudo sobre os setores metalúrgico e de telecomunicações**. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ROBINSON, William I. **A Theory of Global Capitalism**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004.
- SOLIDARITY CENTER. **Organizing Workers in the Informal Economy**. Conference Summary and Proceedings. Cape Town, dec., 2011.
- TONELO, Iuri; MELLO E SILVA, Leonardo; FRAMIL FILHO, Ricardo. Os trabalhadores em meio à Covid-19 no Brasil: flexibilidade, precariedade, e a mobilização internacional. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 24, n. 60, p. 140-168, maio/ago. 2022. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/18070337-117000> Acesso em: 04 jul. 2023.
- VIEIRA, Thiago F.; JUNCAL, Gabriel S. M.; MELLO E SILVA, Leonardo. Globalização contra-hegemônica e novos repertórios de ação sindical no Brasil: redes no ramo bancário. **PRACS: Revista eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 13, n. 3, p.169-190, jul./dez., 2020. Disponível em:<<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs>> Acesso em: 04. Jul. 2023.
- WEBSTER, Edward; LAMBERT, Rob; BEZIUDENHOUT, Andries. **Grounding globalization: Labour in the age of insecurity**. New Jersey: John Wiley & Sons, 2007.